

Intervenção para II Congresso AMAlentejo

3.º painel – “A palavra aos Partidos”

Bom dia a todos.

Senhores e senhoras congressistas, convidados e convidadas

Em nome do Partido Comunista Português uma calorosa saudação à comissão dinamizadora do AMAlentejo, à comissão organizadora do Congresso “*Semeando Novos Rumos, Agir no Presente, Planeando o Futuro*”, e a todos e todas que proporcionaram a sua realização.

Desde o início do Congresso que assistimos e registámos com grande interesse o conjunto das comunicações feitas nos dois painéis, as quais, independentemente da concordância ou discordância sobre o seu conteúdo, tiveram seguramente por parte dos seus autores a intenção de contribuir para a reflexão sobre o desenvolvimento da Região.

Senhores e senhoras congressistas

Entenderam os organizadores deste Congresso abrir um painel de debate dando a palavra aos partidos. Nesse sentido, o Partido Comunista Português – partido cujo percurso e história são indissociáveis da luta do povo do Alentejo pelo progresso e desenvolvimento da Região, pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e do povo e em defesa do Poder Local Democrático, fez questão de marcar presença.

Um partido que, sendo portador de um projecto integrado para o desenvolvimento da Região, não está fechado em ouvir e em considerar outras opiniões e, por isso, não quis deixar de contribuir para a reflexão e para a abertura de pistas e caminhos para que o Alentejo, enquanto parte integrante do país, se desenvolva e que as suas gentes, os seus trabalhadores, os agentes económicos, sociais e culturais, encontrem nesta vasta Região as condições de desenvolvimento capazes de assegurar o direito a ser feliz nesta terra que os viu nascer, ou os acolheu.

Sem deixar de registar elementos de avanço, contudo não podemos deixar de lembrar que, fruto de quatro décadas de política de direita, o Alentejo – apesar do esforço e da enorme dedicação de eleitos autárquicos, do movimento sindical, do movimento dos agricultores, dos micro, pequenos médios empresários e de muitos homens e mulheres que, de forma desinteressada, se empenham no movimento associativo popular e cultural, nas instituições de solidariedade social, onde nem sempre foram respeitados e apoiados –, é hoje uma Região, fruto das políticas de direita, despovoada e envelhecida.

Uma das regiões consideradas do interior, onde menos se ganha, onde as reformas e pensões são das mais baixas, uma das regiões do interior onde o nível de natalidade é dos mais baixos. Uma região onde os serviços públicos, na educação, na saúde, nos transportes, no serviço postal, foram profundamente depauperados e o poder local atacado em diversos sentidos, designadamente com os cortes sucessivos nas transferências do Orçamento do Estado, as limitações à contratação de pessoal, e com a extinção de dezenas de freguesias.

É, ainda, uma região cheia de potencialidades e cujo território tem de ser visto no seu todo, olhando para as pessoas que são a sua razão de ser e fazem do território o que ele é. Uma região que constitui um terço do território nacional.

Uma região cuja identidade, na sua diversidade cultural, é reconhecida no plano nacional e internacional com sete classificações da UNESCO de património cultural e imaterial da humanidade e com uma cidade que se propõe ser capital europeia da cultura em 2027.

Uma região que dispõe de excepcionais condições para a produção de culturas variadas, que não seja só de azeite, vinho e amêndoa em regime extensivo, intensivo e super-intensivo, como actualmente sucede, e cujos impactos negativos, incluindo ambientais, a médio prazo estão por avaliar.

Uma região com uma superfície agrícola utilizável de 1 milhão e 900 mil hectares, com forte concentração de montado de sobre e azinho e que produz, reconhecidamente, o melhor arroz e o melhor porco preto do mundo e que precisa de ser apoiada na recuperação da produção de cereais tradicionais, como o trigo barbela.

Uma região onde está situado o maior porto de águas profundas e o maior complexo energético e petroquímico do país, a maior jazida de zinco e cobre da Europa, além de outros minérios, um empreendimento de fins múltiplos – o Alqueva – que, tendo proporcionado o alargamento da área regada, pode ainda proporcionar mais e ser potenciado nos seus fins múltiplos, pelo que se impõe a elaboração de um plano estratégico com essa finalidade. Uma região que tem nas suas profundezas das mais bonitas pedras ornamentais e que foi pioneira na produção de energia solar, onde tem potencialidades ímpares.

Mas é também uma região, fruto das opções dos sucessivos governos, como aqui foi demonstrado em várias comunicações, com grandes desequilíbrios entre si, com enormes carências em diversas dimensões, subaproveitada nas suas potencialidades, a começar pela sua maior riqueza produtiva – as pessoas – e com uma das mais baixas taxas de execução dos fundos comunitários.

Na opinião do PCP, para além dos levantamentos e estudos, que são naturalmente sempre muito úteis, o que se constata é que, para além da continuada falta de vontade política para responder aos reais problemas com que o Alentejo se confronta, a falta de um poder regional democrático capaz de olhar para a região, não em função das opções do poder central mas sim em função das necessidades reais do seu território, ou seja das pessoas que aqui vivem e trabalham, é esta uma questão central.

É, aliás, sintomático que no PNROT se insista na tese da “*promoção da governança territorial*” e se fale de “*fortalecimento e legitimação democrática*”, quando em simultâneo se nega as regiões administrativas consagradas no texto constitucional e se insiste em fórmulas sem suporte na lei fundamental do país.

É ainda sintomático que no mesmo documento, para além da generalização, fugindo ao específico que daria suporte estratégico ao desenvolvimento das regiões, vistas na dimensão do todo nacional, se façam opções relativamente ao Alentejo que não têm em conta as potencialidades instaladas, como o Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, e que se coloque a questão do Hospital de Évora de forma errada, pois na opinião do PCP ele deve ser um Hospital Central Público, articulado com os hospitais da Região, funcionando em rede de especialidades e complementaridade, articulado também com os Centros de Saúde, sendo ainda de salientar que para além da ligação Sines – Caia, nada se prevê de investimento na modernização e alargamento da rede ferroviária da região e a potenciação do aeroporto de Beja.

Para o PCP, a concretização do projecto de desenvolvimento regional integrado, que o Alentejo precisa, pressupõe desde logo, no quadro da Constituição da República Portuguesa, (CRP) da instituição de um poder regional autónomo do poder central. Ou seja, a criação de uma região administrativa com os seus órgãos próprios, polinucleada e sem capital.

Para o PCP, não é com base no modelo de transferência de competências do poder central para as autarquias, modelo acordado entre PS e PSD, ou seja transferência de encargos, responsabilidades, descentamentos e subfinanciamento, e não processo de descentralização, fugindo à organização do Estado de acordo com a CRP, que se resolvem os problemas da Região e se fortalece o poder local nas suas diversas componentes.

A localização geográfica do Alentejo como zona de interface entre a área metropolitana de Lisboa e o Algarve, bem como o seu atravessamento pelos corredores rodoferroviários de ligação a Espanha, a sua posição geoeconómica, têm de ser vistos na sua diversidade como um todo e uma oportunidade para a Região, para as suas gentes e para o país.

A perspectiva de desenvolvimento que defendemos é indissociável da base económica, assente nas potencialidades e recursos existentes no território, integrada numa política de âmbito nacional, que rompa com a política e o modelo de desenvolvimento que tem sido adoptado, e que tenha como suporte um sistema de infraestruturas e equipamentos de gestão pública, articulado com medidas de suporte social e com o robustecimento das instituições regionais e locais (incluindo a criação das regiões administrativas) e com o fomento da participação popular nas decisões.

A Região precisa de um plano integrado de desenvolvimento que tenha no centro o Alentejo, quem nele vive e trabalha e o contributo que podem dar para o progresso do país e a redução dos seus diferentes défices.

Um plano que, não dispensando o investimento privado, a utilização e o direccionamento certo e equilibrado dos fundos do Portugal 2020 e 2030, exige que o investimento público desempenhe um papel fundamental e nuclear, intimamente associado à participação e envolvimento dos diferentes actores, num esforço conjugado e coerente visando a promoção do desenvolvimento, o que pressupõe uma inflexão nas orientações quanto aos fundos comunitários, no âmbito da reprogramação do Portugal 2020 e da preparação do 2030, apostando num processo de desenvolvimento regional integrado, priorizando as entidades públicas no acesso aos fundos, por forma a garantir a eficácia das políticas públicas na correcção das desigualdades e na melhoria do rendimento das famílias e da qualidade de vida.

Um plano que, sem prejuízo de outros elementos, potencie a agricultura, combata o parasitismo agrário sustentado pela aplicação dos apoios desligados da produção, diversifique culturas, apoie os pequenos agricultores e a agricultura familiar, estimule a criação de formas cooperativas de produção e adapte a legislação ao seu escoamento, garanta que a gestão da água é pública, e assegure o seu uso de forma equilibrada e sustentada, construa infraestruturas hidráulicas geográfica e equilibradamente distribuídas (designadamente a barragem do Pisão) para o armazenamento da água em toda a Região, funcionando numa lógica de rede.

Um plano que potencie a capacidade instalada e a instalar, designadamente na agro-indústria, assegurando as condições ambientais e de saúde para as populações, desenvolvendo as indústrias já instaladas, designadamente a extractiva, atraia novas indústrias, potencie as infraestruturas existentes como o Aeroporto de Beja, que tem o seu valor e potencialidades intrínsecas, e em que o Estado, que nele já investiu milhões de euros, o veja, em articulação e com a participação das instituições representativas da Região, como um importante instrumento para a dinamização de um cluster associado à aeronáutica, dinamizador da actividade das empresas da Região e do desenvolvimento do distrito, potenciador do desenvolvimento ainda maior da atracção turística. Um aeroporto com gestão pública que, usando todas as suas valias, características, disponibilidades e potencialidades, no quadro de alargamento da oferta nacional, contribua para o desenvolvimento da Região e do país. Uma infraestrutura que o PCP entende dever ter uma gestão pública.

Objectivos que não dispensam a construção faseada de um novo aeroporto em Alcochete, tal como previsto desde 2007, e que o PCP considera ser estratégico ao desenvolvimento nacional, dotando o país de uma infraestrutura capaz de responder aos desafios imediatos e futuros. Infraestrutura cuja construção foi comprometida pelo governo PSD/CDS, em parte com a cumplicidade do governo do PS, com a privatização e entrega à VANCI da ANA EP.

Um plano que olhe para as acessibilidades e a mobilidade das populações como uma questão central e que, integrado numa visão global do desenvolvimento regional, preveja o investimento público necessário, quer para a conclusão de obras rodoviárias inacabadas, que se tornaram autênticos “elefantes brancos”, quer para a concretização de outras há muito identificadas como estratégicas, e valorize o modo de transporte ferroviário para mercadorias e passageiros, promovendo a densificação, a modernização e electrificação da rede ferroviária, assegurando a ligação entre ramais e interfaces, ligue o Alentejo e permita um acesso mais célere e cómodo a Lisboa e ao Algarve.

Um plano que, olhando para o território como um todo, tenha no centro as pessoas, defenda, desenvolva e amplie os serviços públicos na saúde, com relevo para os cuidados primários, reforçando a sua rede, bem como a rede hospitalar nas quatro sub-regiões, reforçando e melhorando as suas valências, melhorando e alargando instalações dotando-as dos meios humanos, técnicos e financeiros necessários, construindo o Hospital Central Público do Alentejo, com competências e valências hospitalares que só um Hospital Central de dimensão regional, com uma equidistância geograficamente equilibrada, numa região tão vasta, está em condições de prestar, evitando a deslocação para a região de Lisboa de doentes que podem ser apoiados e tratados aqui.

Um plano que valorize a Escola pública, reforce a rede do Ensino Básico e Secundário, e potencie as instituições do Ensino Superior existentes na Região, assegurando a articulação entre si e entre estas e a base económica

Senhores e senhoras congressistas

Não queremos terminar sem deixar três últimos registos.

Um primeiro, para sublinhar o papel do Poder Local no uso das suas competências e atribuições e da sua capacidade de realização e reivindicação, papel que tem sido determinante na resposta a necessidades de âmbito local e tem influenciado a opção pela construção de infraestruturas e equipamentos de âmbito local e regional, cuja potenciação passa pela existência de um nível superior de administração com a criação das regiões administrativas, conforme previsto na Constituição da República Portuguesa, e por um Estado que invista nas regiões do interior e que promova o seu efectivo desenvolvimento.

Um segundo, sobre a proposta inovadora e criativa de criação da Comunidade Regional do Alentejo, que, embora não corresponda à criação da região administrativa que a nossa Constituição da República consagra e o PCP defende, corresponde a um salto qualitativo na concepção democrática para a gestão do território.

Um terceiro, para renovar o apelo ao esforço de todos os que realmente amam o Alentejo, e que sinceramente se preocupam com o interior, para que se empenhem com força e determinação num verdadeiro e sustentado desenvolvimento da Região, que permita, partindo das potencialidades endógenas, uma inversão no modelo social que tem vindo a ser aplicado e abra caminho ao povoamento da Região e à fixação de gente nova e de nova gente.

O Alentejo tem futuro e esse futuro constrói-se hoje, com todos os que amam, querem e desejam um Alentejo desenvolvido!

Muito obrigado.

João Dias Coelho

Membro da Comissão Política do CC do PCP